
Breve história e evolução da Licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

CRISTINA GIL

cristina.gil@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal,

Deaf Studies Lab – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC-UCP)

MARIA JOSÉ FREIRE

maria.jose.freire@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo¹

Este artigo enquadra numa perspectiva histórica e sociopolítica o surgimento da Licenciatura de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em 1997, destacando o seu impacto na formação e estatuto profissional dos intérpretes de LGP em Portugal, e a sua ligação à Comunidade Surda Portuguesa. O artigo analisa também a relação com os seus *alumni*, o efeito destes no desenvolvimento da área profissional, e reflecte criticamente sobre os efeitos do Processo de Bolonha e da A3ES, com o recurso a fontes de arquivo institucionais e científicas, sublinhando o legado desta formação pioneira.

Palavras-chave:

Tradução; Interpretação; Língua Gestual Portuguesa; Comunidade Surda; Intérprete de Língua Gestual; Reconhecimento.

Introdução

Este artigo pretende enquadrar numa perspectiva histórica e sociopolítica o surgimento em Portugal da Licenciatura de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (TILGP) na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em 1997. Pretende-se responder às seguintes questões: Qual a relevância e impacto desta licenciatura na formação e no estatuto profissional dos

Abstract

This article offers a historical and socio-political contextualisation when establishing the Bachelor's Degree in Portuguese Sign Language Translation and Interpreting at the School of Education of the Polytechnic Institute of Setúbal, in 1997. It examines the programme's role in shaping interpreter training and the professional status of LGP interpreters in Portugal, while also exploring its relationship with the Portuguese Deaf Community. Furthermore, the article also analyses the role of *alumni*, their contribution to the development of the professional field. It critically assesses the impact of the Bologna Process and the Portuguese Higher Education Assessment and Accreditation Agency (A3ES). Drawing upon institutional and scholarly archival sources, the article underscores the enduring legacy of this trailblazing academic programme.

Key concepts:

Translation; Interpretation; Portuguese Sign Language; Deaf Community; Sign Language Interpreter; Recognition.

intérpretes em Portugal? Como tem sido realizada a articulação com a Comunidade Surda Portuguesa em relação ao compromisso assumido na formação de profissionais que são agentes de promoção da acessibilidade das pessoas Surdas? A aferição do impacto da Licenciatura de TILGP é apresentado de várias formas, mas com enfoque na relevância da relação com os seus *alumni* e no impacto destes na área da formação de TILGP, no exercício da profissão de

¹ As autoras seguem a convenção do Acordo Ortográfico de 1945.

Intérpretes de LGP (ILGP) e no movimento associativo focado na defesa de condições profissionais e na formação contínua e especialização destes profissionais. A Licenciatura de TILGP da ESE-IPS estabelece vínculos desde 1997 com os seus *alumni*, enquanto orientadores de estágio nos espaços Surdos onde exercem funções. O cariz pioneiro e a longevidade desta licenciatura, permite-nos analisar os efeitos do Processo de Bolonha e suas alterações com vista à criação de um espaço de ensino superior europeu, e permite-nos também, retirar conclusões sobre a intervenção da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior desde a sua criação. Este artigo resulta de uma recolha documental interna como externa e posterior análise e cotejamento da documentação como legislação, relatórios de avaliação, outras fontes de arquivo institucional, documentos institucionais internos, *media* e literatura científica especializada.

1. Rumo ao ano do Reconhecimento da LGP e da Fundação de TILGP

A evolução histórica da Comunidade Surda Portuguesa encontra-se intrinsecamente associada ao percurso da Escola Superior de Educação, transparecendo uma relação de influência mútua e um

percurso comum na valorização e defesa dos direitos humanos na educação e formação profissional. Este artigo permitirá evidenciar a forma como estas duas trajetórias se cruzam e como impactam não só o panorama nacional do Ensino Superior, mas sobretudo como contribuem para tornar possível a igualdade de oportunidades e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa no que diz respeito aos direitos das Pessoas Surdas em Portugal.

Em 1982, José Bettencourt e João Alberto Ferreira, dois professores referenciais no ensino da LGP, leccionaram no primeiro curso para intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, sob organização do Secretariado Nacional de Reabilitação (Vaz de Carvalho, 2007) e três anos depois, com o Despacho 130/ME/85, nascia em Setúbal a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal com a nomeação da sua Comissão Instaladora constituída por Ana Maria Bettencourt, Maria Emília Brederode Santos e Teresa Maria Torres Martins (Ministério da Educação, 1985). Tanto a formação pioneira de intérpretes de LGP promovida pelo SNR como a criação da ESE de Setúbal começavam agora a desenvolver-se de forma autónoma, cada uma seguindo o seu próprio percurso.

Em 1988, Eileen Lemass, membro do Parlamento Europeu,

apresentou o seu relatório na Comissão para a Juventude, a Cultura, a Educação, a Informação e os Desportos, sobre línguas gestuais² e para ter a atenção dos presentes, deu início à sua apresentação em língua gestual³ e levou consigo um intérprete de língua gestual (European Parliament, 1988). Este relatório viria a resultar numa resolução a ser publicada em 18 de Junho de 1988 pelo Parlamento Europeu encorajando os estados-membros a reconhecer oficialmente as línguas gestuais nos seus países, e ainda reconhecer o direito das pessoas Surdas a usar a língua gestual da sua comunidade. Essa resolução, salientava também a importância do reconhecimento da interpretação de línguas gestuais, encorajava à dignificação da profissão e criação de programas de formação e emprego para intérpretes de língua gestual em cada Estado-membro, a cargo das instituições nacionais de surdos. Esta Resolução também apelava aos estados-membros que apoiassem o ensino da língua gestual às pessoas, crianças e adultos, que ouvem (European Parliament, 1988).

² (Doc. A 2-302/87).

³ Mesmo não sendo fluente, Eileen Lemass considerou que era importante que a

Em 1989, deu-se início à formação profissional de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e de professores de Língua Gestual Portuguesa na Associação Portuguesa de Surdos, à época sita na Avenida da Liberdade em Lisboa, iniciativa que iria depois também realizar-se no norte do país, na Associação de Surdos do Porto.

Após 45 anos volvidos da Segunda Guerra Mundial, a queda do Muro de Berlim em 1989 e o final da Guerra Fria, em vários países europeus podia sentir-se um clima de oportunidade e prosperidade. É nesta circunstância que a Organização das Nações Unidas e as suas agências especializadas, em particular a UNESCO e UNICEF, se focaram em promover os direitos humanos através da área da Educação com uma maior consciência sobre os direitos de minorias, nomeadamente das pessoas com deficiência. Assim, surge em 1989 a Convenção sobre os Direitos da Criança adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro (Nações Unidas, 1989) e um ano depois, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada pela

vissem a gestuar. Podemos ver uma breve reportagem aqui: <https://www.rte.ie/archives/collections/news/21278714-ec-to-debate-sign-language/>.

Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de Março de 1990 (UNESCO, 1990). É neste enquadramento que Portugal participa, juntamente com outros noventa e um países e vinte e cinco organizações internacionais na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que teve lugar em Salamanca de 7 a 10 de Junho de 1994 de onde viria a surgir a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Este documento foi especialmente importante, impactando até hoje a área da educação e congregando ideais sobre os direitos humanos, linguísticos e culturais e assim criando as condições para que as crianças Surdas tivessem uma educação com acessibilidade ao seu direito fundamental, uma língua natural à qual acedem sem barreiras - a língua gestual. É, portanto, a todos os níveis patente a crescente necessidade de intérpretes qualificados.

José M. Catarino Soares (2019), no artigo intitulado “*Recordações a respeito da criação da licenciatura em Tradução-Interpretação da LGP da Escola Superior de Educação de Setúbal*”, descreve o processo de criação desta licenciatura como resultado de diversas conversas ocorridas entre 1990 e 1992. O projeto surgiu de um

entendimento mútuo entre o Professor José Humberto Medeiros Bettencourt, então Presidente da Associação Portuguesa de Surdos (APS), e o próprio José M. Catarino Soares, que à época era Professor Adjunto da ESE. Esse entendimento resultou também na elaboração de um protocolo de cooperação, posteriormente aprovado pela Direção da APS e pela Direção da ESE de Setúbal, em Junho de 1992. E é assim que a história da Escola Superior de Educação de Setúbal e da Comunidade Surda Portuguesa se começam a cruzar. A APS ganha a candidatura ao programa *Horizon* da União Europeia para formar intérpretes ouvintes de LGP e professores Surdos de LGP, e a APS escolhe a ESE-IPS como a entidade do ensino superior nacional e, do plano internacional, o Centro de Estudos Surdos da Escola de Educação da Universidade de Bristol (*Centre for Deaf Studies - School of Education* - Bristol University), no Reino Unido, tendo esta sido a primeira instituição do ensino superior da União Europeia a certificar em 1991 intérpretes de língua gestual no Ensino Superior, neste caso de *British Sign Language* (BSL) (Soares, 2019). Assim, entre 1992 e 1994, desenvolveu-se uma formação pioneira e inédita no panorama nacional, resultado desse protocolo assinado entre a ESE-IPS, a APS e o *Centre for Deaf Studies* da Universidade de

Bristol e esta colaboração foi fundamental para a consolidação da profissionalização de intérpretes e de professores de Língua Gestual Portuguesa em Portugal.

Apesar de outras línguas gestuais já terem sido reconhecidas em termos legais anteriormente noutros países como a Suécia ou o Panamá (World Federation of the Deaf, 2025), em 1995, no Uganda, pela primeira vez na história, uma língua gestual obteve um reconhecimento constitucional enquanto língua das pessoas Surdas.

Em Portugal, Helder Duarte, Presidente da Associação Portuguesa de Surdos, foi alertado pelo seu irmão mais velho, Germano Sereno, sobre a iminente revisão constitucional sobre a qual teria lido alguma informação num jornal, incentivando-o à acção. Foi assim que a 15 de Novembro de 1995 se constituiu a Comissão para o Reconhecimento e Protecção da Língua Gestual Portuguesa (CPRPLGP), presidida por Helder Duarte e composta por várias entidades: a Associação Portuguesa de Surdos (APS), a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS), a Associação de Pais para a Educação de Crianças

com Deficiência Auditiva (APECDA), a Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (AILGP), a Associação Portuguesa de Professores e Técnicos de Reabilitação de Crianças e Jovens Surdos (APPTRCJS), o Centro de Jovens Surdos (CJS) e representantes do INR e da ESE de Setúbal (Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, 1997; Reis 2019). É em honra da data da criação da CPRPLGP que foi designada a efeméride do Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, o dia 15 de Novembro (Almeida, 2003).

Como podemos ler no Sumário da Reunião de 22 de Janeiro⁴ de 1997, da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional - IV Revisão Constitucional, presidida por Vital Moreira, existiu uma audição de representantes desta Comissão, nomeadamente Helder Duarte, em representação da APS, José Manuel Catarino Soares, docente da ESE-IPS e que colaborava enquanto linguista na investigação da linguística da LGP com a APS, Maria Augusta Amaral, Directora do Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa em representação da (APPTRCJS), Ana Cristina Reis em representação da APECDA, Maria José Almeida em representação da Associação de Intérpretes

⁴ Curiosamente também uma data que remete a uma efeméride da comunidade Surda Portuguesa, sendo o dia nacional do intérprete de LGP ao assinalar o

surgimento da primeira Associação de Intérpretes em Portugal.

de Língua Gestual Portuguesa, e Adalberto Fernandes em representação do Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD que desde 2006 passou a ser designado Instituto Nacional para a Reabilitação) (Instituto Nacional para a Reabilitação, 201?). Esta reunião contou com a interpretação de Maria José Almeida e Alexandra Ramos, começando o presidente Vital Moreira por explicar como iria decorrer a sessão. Tomaram a palavra os intervenientes fazendo a sua exposição em defesa da introdução da LGP na Constituição, sendo depois questionados pelos deputados e membros da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional: Luís Sá (PCP), Cláudio Monteiro (PS), e Barbosa de Melo (PSD). Na sua intervenção, Adalberto Fernandes do SNRIPD, menciona no seu momento de exposição que havia falado com o constitucionalista José Gomes Canotilho, num Seminário intitulado «20 Anos de Constituição, 20 Anos de Reabilitação» em Viseu, a propósito da efeméride do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e que Gomes Canotilho, quando confrontado com a questão sobre um possível reconhecimento oficial da Língua Gestual Portuguesa, manifestou a sua opinião de que esta matéria podia ser objecto de revisão no âmbito da revisão constitucional em curso na

época. (Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, 1997) Foi neste esforço conjunto de pessoas a título individual e organizações, pessoas Surdas e ouvintes, de várias origens e profissões, intérpretes, professores, e pessoas com ligação à Comunidade, como familiares e amigos que se uniram para o objectivo comum - o reconhecimento legal da LGP. Foram dois anos de várias reuniões internas da CPRPLGP, reuniões com partidos políticos com assento parlamentar, com ministérios e outras entidades públicas, tendo sido criado um dossier com diversos documentos que fundamentavam esta reivindicação. Deste dossier fazia parte um estudo, à data ainda recente, sobre a gramática da LGP publicado em 1994 por Maria Augusta Amaral, Amândio Coutinho e Raquel Delgado-Martins, na Editora Caminho, intitulado “Para Uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa”. Maria Augusta Amaral era também a Diretora do Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa (1992-1997), a escola mais antiga com educação de Surdos em Portugal e era também uma referência na área do ensino bilingue na educação de Surdos em Portugal (Gomes, 2012).

Outra obra pioneira que fazia parte deste dossier, foi o Gestuário (Ferreira *et al.*, 1991), mencionado na ata da reunião de 22 de Janeiro

e que foi colocado nas mãos de Vital Moreira, no sentido de mostrar o primeiro dicionário da Língua Gestual Portuguesa que reunia cerca de 700 gestos. Este Gestuário foi financiado pelo programa *Horizon* numa edição do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

E entretanto decorreram os dias dos debates parlamentares da revisão constitucional, muitos membros da Comunidade Surda Portuguesa estiveram presentes nas galerias da Assembleia da República, e seguiam atentamente pelo momento em que chegaria o debate parlamentar sobre a LGP, com o apoio de intérpretes de LGP voluntários, e foi nesse ambiente em que tudo parecia possível, que se incluiu na quarta revisão da Constituição da República Portuguesa, publicada na Lei 1/97 de 20 de Setembro, no âmbito educacional, o seguinte: Artigo 74, nº2 alínea H:

“Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa como expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades.” (Assembleia da República, 1997).

A 23 de Julho de 1997, no mesmo mês dos debates sobre o reconhecimento da LGP na Constituição da República Portuguesa, é

publicada a portaria nº 542/97 que determina a criação e plano de estudos do grau de bacharel em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa na ESE-IPS (Ministério da Educação, 1997).

Quando a primeira turma estava a iniciar o seu caminho académico, a LGP entra na Constituição da República Portuguesa e a 18 de Novembro de 1998, o Parlamento Europeu publica a segunda Resolução sobre as Línguas Gestuais assinalando que apenas quatro dos quinze estados-membros da União Europeia reconheciam oficialmente a sua língua gestual, sendo Portugal um destes quatro, e nesta Resolução enfatiza-se a importância da formação de intérpretes de língua gestual qualificados para garantir o acesso à informação pelas pessoas surdas a programas televisivos e em serviços públicos (especialmente durante os períodos de campanhas eleitorais), e assim a comissão exorta para a formação destes profissionais, assim como incita à promoção de medidas de sensibilização para ouvintes e incita que as reuniões públicas sejam acessíveis através de um serviço de interpretação de línguas gestuais (European Parliament, 1998). Neste sentido, a 5 de Julho de 1999 foi promulgada a Lei 89/99, que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual (Assembleia da República, 1999) como resultado da

luta desenvolvida pela primeira Associação de Intérpretes de LGP em Portugal, a AILGP, que contou ainda com o apoio da CPRPLGP.

2. Evolução Curricular e Pedagógica e o Impacto do Processo de Bolonha

Em 2000, na sequência de alterações legislativas ao enquadramento dos cursos do Ensino politécnico, houve a oportunidade de converter o curso de grau de bacharel criado em 1997, em licenciatura bietápica, de dois ciclos, ou seja, o curso oferecia então um 1º ciclo de grau de bacharel de três anos e uma licenciatura a quem prosseguisse estudos e concluísse o 2º ciclo com mais dois anos, perfazendo um total de cinco anos. Com a portaria nº 466-G/2000 de 21 Julho de 2000, os estudantes passaram a ter essa opção: ser bacharel ou licenciado em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (Ministério da Educação, 2000a). Assim, a primeira turma concluiu no ano 2000 o seu bacharelato com 13 diplomados e destes, 9 viriam a licenciar-se em 2002 (Arquivo da Escola Superior de Educação e Divisão Académica do Instituto Politécnico de Setúbal). Nesta época, o curso abria a cada dois anos, por limitação do corpo docente, sendo a decisão de abertura de vagas da própria instituição. Destacam-se neste plano curricular as disciplinas de LGP e de Teoria e Prática de Tradução e

Interpretação, consideradas estruturantes do curso, já que se concentram nas competências essenciais a um intérprete de LGP: domínio linguístico, compreensão teórica e domínio das técnicas de tradução, competências centrais no exercício da profissão.

A portaria nº 19/2001 de 10 Janeiro 2001 introduziu várias alterações ao plano de estudos. No 3º ano do curso a disciplina de Ética e Deontologia passou a ser semestral e a disciplina de Direito e Instituições Internacionais foi removida. As disciplinas de Linguagem, Cognição e Cultura (LCC) ou Expressão Dramática foram substituídas pela opção entre LCC ou Técnicas de Expressão Corporal, estas de cariz semestral. Estas alterações iriam alterar os planos curriculares da segunda turma que inicia o seu plano de estudos em 2000/2001 e terminaria o 1º ciclo em 2003 e o 2º ciclo em 2005 (Ministério da Educação, 2001; Arquivo da Escola Superior de Educação e Divisão Académica do Instituto Politécnico de Setúbal).

A 19 de Dezembro de 2002, com a portaria nº 1520/2002 formaliza-se o plano de estudos da Licenciatura Bietápica em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002). Este plano de estudos entra em vigor com a 3ª turma que se inscreve em 2002/2003 e em 2005 ainda obtém o

grau de bacharel, sendo este o último ano a conferir Bacharelato em TILGP na ESE. Também em 2005, terminam a sua Licenciatura os estudantes da segunda turma. E os últimos bacharéis que prosseguiram para o 2º ciclo terminaram a licenciatura em 2007. Verifiquemos a ênfase nas disciplinas estruturantes no plano de estudos de 2002:

Tabela 1

Apresentação das disciplinas de Língua Gestual Portuguesa no Plano de Estudos de 2002

Disciplina	Anual/ Semestral	Práticas	Teóricas	Teórico- Práticas	Total
LGP I	anual	60	-	55	115
LGP II	anual	120	-	33	153
LGP III	anual	120	-	33	153
LGP IV	anual	120	-	33	153
LGP V	anual	80	-	33	113
Horas investidas na aprendizagem de LGP em 5 anos:					687

⁵ Ambas as deliberações são semelhantes em conteúdo jurídico, apenas mudam

Tabela 2

Apresentação das disciplinas de Teoria e Prática de Tradução e Interpretação no Plano de Estudos de 2002

Disciplina	Anual/ Semestral	Práticas	Teóricas	Teórico- Práticas	Total
TPTI I	anual	60	30	-	90
TPTI II	anual	-	30	88	118
TPTI III	anual	-	30	88	118
TPTI IV	anual	-	30	88	118
TPTI V	anual	80	-	33	113
Horas investidas na aprendizagem de TPTI em 5 anos:					557

De destacar ainda que os estudantes desta terceira turma entraram após a aplicação dos pré-requisitos, seguindo o que viria a constar na Deliberação n.º 538/2003, de 17 de Abril e a Deliberação n.º 1494/2003, de 26 de Setembro⁵ (Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, 2003a, 2003b). Este pré-requisito, não sendo eliminatório, mas apenas de seriação, consistia numa entrevista em

algumas questões de formatação, estilo e ortografia numérica.

LGP com o Professor José Bettencourt para aferir se o candidato apresentava o perfil indicado, competência linguística e sensibilidade na comunicação com pessoas Surdas. E dependia também da apresentação de um “Certificado de formação em Língua Gestual Portuguesa, emitido por entidade formadora legalmente reconhecida, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 89/99, de 5 de Julho” e “um atestado médico comprovativo de ausência de deficiência sensorial ou motora que interfira com a capacidade funcional a ponto de impedir a aprendizagem da língua gestual portuguesa.” (Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, 2003a, 2003b). A existência deste pré-requisito levou a que muitos dos candidatos procurassem formação prévia junto dos cursos de LGP das associações de Surdos, e na sua maioria na Associação Portuguesa de Surdos. A existência deste pré-requisito poderia limitar muito a adesão de candidatos e por isso foi descontinuado, no entanto, permitia a seleção dos candidatos com maior aptidão e também selecionar aqueles que já tinham conhecimentos da LGP.

Sendo a ESE-IPS uma instituição pioneira na área da Tradução e Interpretação de LGP em Portugal, em 2005, voltou a desbravar caminho. A 6 de Janeiro de 2005 foi publicada a Portaria nº 11/2005

com o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Educação de Infância para Apoio à Educação Bilingue da Criança Surda (Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, 2005). Um curso pioneiro que infelizmente não foi reconhecido com a devida atenção pelos ministérios e governos, sobretudo pelo Ministério da Educação, pois não possibilitava a colocação destes profissionais com uma formação específica para intervir na educação de crianças e jovens Surdos, assim, levando-os a concorrer para vagas e oportunidades laborais que não permitiam exercer a função para a qual foram formados na ESE-IPS. Este curso, quicá demasiado pioneiro para o sistema de recrutamento ao qual os profissionais são sujeitos, foi extinto.

Aquando da inscrição da 4ª Turma de TILGP já era previsível o prenúncio que os planos de estudos dos cursos iriam sofrer alterações em conformidade com o Tratado de Bolonha. Com 29 signatários iniciais aos quais se iriam juntar mais 18 posteriormente, a Declaração de Bolonha e o seu processo de implementação - o Processo de Bolonha - exigiu de todos os países um esforço conjunto de adequarem os seus planos curriculares, nos mais diversos cursos de ensino superior, do 1º ao 3º ciclo, ou seja, neste caso, desde

licenciaturas, a mestrados e a doutoramentos e conduzindo à extinção do grau de bacharel, permitindo criar homogeneidade e um espaço europeu do Ensino Superior. Em Portugal, era publicado a 22 de Fevereiro de 2005 o Decreto-Lei n.º 42/2005, que visava a criação do espaço europeu de ensino superior até 2010, ou seja, no prazo de 5 anos.



Figura 1: Logo do curso em 2007/2008. Fonte: <http://arquivo.esse.ips.pt/>

Assim, no dia 29 de Maio de 2007 é publicado o Despacho n.º 9957-R/2007 (Instituto Politécnico de Setúbal, 2007) que resultou de uma proposta pela equipa de docentes e aprovada pelos próprios órgãos da escola. A reestruturação do curso de TILGP da ESE-IPS implicou a exclusão de algumas disciplinas, a condensação da formação em menos tempo e a redução dos períodos de estágio e da prática da LGP, comparativamente com a portaria de 21 Julho 2000 (portaria n.º 466-G/2000). Por isso, a 4.ª turma, ao candidatar-se, teve conhecimento de

um plano de estudos em vigor, mas, ao ingressar, verificou que esse plano havia sido alterado e, à época, foram identificados vários constrangimentos associados a essas mudanças. A primeira “turma Bolonha” como informalmente foi designada, com apenas 3 anos obtinha agora o grau de licenciado, de 2005 a 2008. Assim, o curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação de LGP passou a ter 180 créditos ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*). A partir deste momento o curso passou a abrir turmas anualmente. Com a implementação da reforma do Processo de Bolonha, as tradicionais disciplinas passaram a designar-se unidades curriculares. Vejamos a seguir, uma breve comparação com os quadros supra referente às unidades curriculares estruturantes deste curso:

Tabela 3

Apresentação das disciplinas de Língua Gestual Portuguesa no Plano de Estudos de 2007

UC	Anual/ Semestral	Horas de Trabalho Autónomo	Horas de Contacto			Total
			PL	OT	TP	
LGP I	semestral	100	20	10	32	162
LGP II	semestral	100	20	10	32	162
LGP III	semestral	119	20	10	40	189
LGP IV	semestral	119	20	10	40	189
LGP V	semestral	100	20	10	32	162
LGP VI	semestral	73	20	10	32	135
Horas de contacto ⁶ investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos:						388
Horas autónomas investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos						611
Horas totais investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos:						999

Nota: Legenda: PL: Ensino prático e laboratorial; OT: Orientação Tutorial; TP: Teórico-Práticas.

Se tomarmos as horas totais, existe um incremento de 312 horas, das 999 pós-Bolonha, comparando com as 687 horas do plano anterior. Entende-se que esta alteração curricular decorrente da reforma

pretendia ter efeitos na aquisição de competências e nos resultados da avaliação dos estudantes. No entanto, se considerarmos que nem todos os estudantes são tão criteriosos na adesão ao cumprimento das horas de trabalho autónomo, estes poderão apresentar desempenhos inferiores. Além disso, verifica-se uma redução significativa nas horas de contacto, o que poderá impactar ainda mais esses resultados. Se considerarmos que das 687 horas totais de LGP, 388 são horas de ensino, ou seja, de contacto, mas ainda retirando as de orientação tutória dado que é facultativa⁷, passamos a 328 horas efectivas de LGP. Ou seja, uma redução de 359 horas de exposição linguística e a professores nativos de LGP, (característica dos Professores de LGP da ESE-IPS no corpo docente de TILGP), consequência da adequação do plano de estudos do curso ao Processo de Bolonha. Esta apreciação foi reforçada aquando da realização da Conferência Comemorativa dos 25 anos da Licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, a 21 de Abril de 2023, subordinada ao tema “Arte e Cultura Surda”. O primeiro painel intitulado “O Impacto da criação

⁶ Sendo que a Orientação Tutorial é uma hora de atendimento ao aluno, logo na sua natureza facultativa, se as removermos teremos um total de 328 horas de contacto na unidade curricular de LGP.

⁷ Numa determinada unidade curricular, o docente pode definir a obrigatoriedade da orientação tutória, desde que essa condição esteja prevista no programa da unidade curricular.

do curso de TILGP” na Comunidade Surda e na sociedade civil reuniu representantes associativos da Comunidade Surda nacional, como a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS), a Associação Portuguesa de Surdos (APS) e a Associação Nacional e Profissional da Interpretação – Língua Gestual (ANAPI-LG) em que foi referido unanimemente que a formação anterior apresentava maior robustez. Este facto foi ainda reiterado nos vários testemunhos recolhidos de vários profissionais da área e mostrado no Documentário Comemorativo dos 25 anos de TILGP na ESE/IPS exibido no auditório da ESE-IPS.

Tabela 4

Apresentação das disciplinas de Tradução e Interpretação no Plano de Estudos de 2007

UC	Anual/ Semestral	Horas de Trabalho Autónomo	Horas de Contacto				Total
			PL	OT	T	TP	
ITI	semestral	80	15	5	15	20	135
TPTI I	semestral	100	20	2	20	20	162
TPTI II	semestral	100	20	2	20	20	162
TPTI III	semestral	119	20	10	20	20	189
TPTI IV	semestral	73	20	2	20	20	135
TPTI V	semestral	80	15	5	15	20	135
Horas de contacto ⁸ investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:							366
Horas autónomas investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:							552
Horas totais investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:							918

Nota: Legenda: PL: Ensino prático e laboratorial; OT: Orientação Tutorial; TP: Teórico-Práticas. Iniciação à Tradução e Interpretação – ITI e Teoria e Prática da Tradução e Interpretação – TPTI.

⁸ Sendo que a Orientação Tutorial é uma hora de atendimento ao aluno, como já referido por natureza facultativa, se as removermos teremos um total de 340 horas

de contacto na unidade curricular de LGP.

Analizando o caso de Teoria e Prática da Tradução e Interpretação, o plano anterior tinha 557 horas de contacto e este plano de 2007 apresenta 366 horas de contacto, sendo que após retirarmos as horas de orientação tutória, que é facultativa, passamos a 340 horas de TPTI. Ou seja, uma redução de 217 horas de exposição a aprendizagens, tanto teóricas da área, como exercícios práticos de tradução, gravações em LGP e em Português, seguidos de glosas e transcrições, respectivamente com professores que são intérpretes de LGP experientes, esta foi outra consequência da adequação do plano do curso ao Processo de Bolonha.

Na ESE de Setúbal segue então a 5ª Turma de TILGP, (2006 a 2009), e sendo que já timidamente tínhamos alguns CODA⁹ e intérpretes já em exercício, completamente estabelecidos no mercado de trabalho e na Comunidade Surda Portuguesa que se matricularam na Licenciatura de TILGP, pois perceberam a importância da formação que estava a ser dada e a relevância para a sua competitividade de obter uma titulação pela ESE-IPS.

Em 2007 surge ainda a Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior e o Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, que institui a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). A A3ES é “uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública.” (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, s.d.). A partir de 2007, tanto as instituições como os ciclos de estudos começaram a ser alvo de avaliações periódicas da qual dependem para dar continuidade aos trabalhos: “Torna a acreditação das instituições e ciclos de estudos dependente de uma avaliação prévia favorável,” (Decreto-Lei n.º 369/2007). A introdução das avaliações da A3ES de uma forma transversal contribuiu para avanços significativos, principalmente no que diz respeito à melhoria da formação e estabilidade do corpo docente e ao fortalecimento da qualidade das instituições, algo que provavelmente também seria o trajecto previsível destas instituições, mas talvez com menos celeridade. No entanto, apesar dos progressos, surgem também questões sobre a

⁹ Children Of Deaf Adults - Filhos de Pais Surdos.

imposição de exigências que, por vezes, são muitas vezes de cariz administrativo que não dão a devida relevância à prática pedagógica dos corpos docentes. Essas pressões externas geram um distanciamento entre o que é apontado na avaliação dos cursos, entre o que é considerado na avaliação das IES e a realidade do ensino, as práticas pedagógicas, as necessidades dos estudantes, especialmente no ensino superior politécnico, onde as especificidades e as necessidades do ensino são frequentemente subestimadas. No âmbito da formação de intérpretes, persiste um desconhecimento acerca da especificidade desta área, especialmente no que se refere à importância, muitas vezes não reconhecida institucionalmente nem refletida nas avaliações, das atividades formativas formais e não formais, tais como as imersões culturais e a participação em eventos da Comunidade Surda, que anteriormente gozavam de maior espaço e continuidade no projeto formativo. Por exemplo, salienta-se que o corpo docente inclui pessoas Surdas nativas da LGP, o que reforça a ligação com a Comunidade Surda, assegurando a presença de modelos nativos linguísticos e garantindo uma representatividade fundamental, contudo, este facto não é amplamente valorizado nem institucionalmente reconhecido, contribuindo para um desfasamento

entre a realidade formativa e as avaliações oficiais.

A 17 de Novembro de 2010 foi publicado o Despacho n.º 17318/2010 – Diário da República n.º 223/2010, Série II com outra alteração do plano de estudos da Licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, focado na tipologia de horas, eis o panorama das UCs estruturantes de TILGP:

Tabela 5

Apresentação das disciplinas de Língua Gestual Portuguesa no Plano de Estudos de 2010

UC	Anual/ Semestral	Horas de Trabalho Autónomo	Horas de Contacto			Total
			PL	OT	TP	
LGP I	semestral	90	20	18	34	162
LGP II	semestral	90	20	18	34	162
LGP III	semestral	105	20	21	43	189
LGP IV	semestral	141	16	12	20	189
LGP V	semestral	90	24	18	30	162
LGP VI	semestral	75	20	15	25	135

Horas de contacto ¹⁰ investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos:	408
Horas autónomas investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos:	591
Horas totais investidas na aprendizagem de LGP em 3 anos:	999

Nota: Legenda: PL: Ensino prático e laboratorial; OT: Orientação Tutorial; TP: Teórico-Práticas.

Tabela 6

Apresentação das disciplinas de Tradução e Interpretação no Plano de Estudos de 2010

UC	Anual/ Semestral	Horas de Trabalho Autónomo	Horas de Contacto				Total
			PL	OT	T	TP	
ITI	semestral	75	15	15	15	15	135
TPTI I	semestral	90	14	18	15	25	162
TPTI II	semestral	90	14	18	15	25	162
TPTI III	semestral	105	20	21	20	23	189
TPTI IV	semestral	75	15	15	15	15	135

¹⁰ 408 horas sem as horas facultativas de OT, perfazem 306 horas.

¹¹ Sendo que a Orientação Tutorial é uma hora de atendimento ao aluno, logo na

TPTI V	semestral	75	15	15	15	15	135
--------	-----------	----	----	----	----	----	-----

Horas de contacto ¹¹ investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:	408
---	-----

Horas autónomas investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:	510
---	-----

Horas totais investidas na aprendizagem de Tradução e Interpretação em 3 anos:	918
--	-----

Nota: Legenda: PL: Ensino prático e laboratorial; OT: Orientação Tutorial; TP: Teórico-Práticas. Iniciação à Tradução e Interpretação – ITI e Teoria e Prática da Tradução e Interpretação – TPTI.

Chegamos então ao plano actual, em vigor desde 2010 e apresentamos o panorama comparativo geral das duas áreas, ao longo dos três planos de estudo apresentados.

sua natureza facultativa, se as removermos teremos um total de 306 horas de contacto na unidade curricular de LGP.

Tabela 7

Comparação das cargas horárias de LGP e Tradução e Interpretação (ITI+TPTI) nos três planos de estudos.

Plano de Estudos	LGP		Tradução e Interpretação	
	Horas de contacto	Horas de contacto sem OT	Horas de contacto	Horas de contacto sem OT
2002	687	NA	557	NA
2007	388	328	366	340
2010	408	306	408	306

Nota: Legenda: OT: Orientação Tutorial; NA: não aplicável.

Esta recolha e sistematização de dados permite-nos verificar, como pensávamos inicialmente, que a Declaração de Bolonha diminuiu em mais de 40%¹² o contacto do estudante-professor, e diminuiu o tempo em sala de aula, impactando também as abordagens pedagógicas tanto teóricas, como práticas. Do plano de estudos 2002 para o plano de estudos 2007, as unidades curriculares de LGP sofreram uma redução de 299 horas, no entanto, de 2007 para o terceiro plano de 2010,

verifica-se uma tentativa de incremento, tendo aumentado 20 horas. Observando as unidades curriculares de Teoria e Prática de Tradução e Interpretação, do primeiro plano de 2002 para o segundo plano de 2007 foram suprimidas 191 horas, tendo também, no entanto, seguido a tendência anterior de incremento de 42 horas verificada do segundo para o terceiro plano de estudos.

Outra componente da licenciatura de TILGP frequentemente referida pelos estudantes como fundamental para a sua formação profissional é a unidade curricular de Estágio (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, 2004). Considerada imprescindível, o estágio curricular permite a aplicação dos conhecimentos adquiridos, proporcionando uma experiência directa e essencial para a qualificação enquanto profissional. O plano curricular de TILGP de 2002 contemplava um Estágio no final do 1º ciclo e outro no final do 2º ciclo, ambas unidades curriculares anuais com 140 e 360 horas respectivamente. Nos planos adoptados em 2007 a unidade curricular passou a designar-se Intervenção em Contextos Profissionais I (ICP I) a ter lugar no 2º semestre do 2º ano, e Intervenção em Contextos

plano de estudos de 2002.

¹² Considerando as 388 horas de contacto referentes ao plano de estudos de 2007, estas representam 43,5% de 687 horas de contacto referentes ao

Profissionais II (ICP II) e Intervenção em Contextos Profissionais III (ICP III) no 1º e 2º semestres, respectivamente, do 3º ano. Actualmente, com o plano de estudos de 2010, os estudantes realizam em ICP I 90 horas, ICP II e III 72 horas, respectivamente, depois complementadas com horas em sala de aula com o docente, seja antes para preparação de estágio, e posteriormente, para o seguimento dos trabalhos, dado que a unidade curricular implica realizar um relatório de estágio e a sua apresentação aos pares em sala de aula. Em termos de análise total, uma licenciatura pré-Bolonha implicava 500 horas de estágio e uma licenciatura pós-Bolonha implica actualmente 234 horas. Este corte (de 266 horas) reduz em mais de 50% a carga horária em local de estágio, em espaços da Comunidade Surda com orientador ILGP, e implica um prejuízo à formação prática, pois compromete a exposição à LGP e à Cultura Surda, e a oportunidade de aprender em local real (Geier, 2016).

Os constrangimentos causados pela redução dos tempos de formação e de estudo e assimilação constituíram um grande desafio pedagógico, levando a uma reflexão sobre a importância das diferentes unidades curriculares do curso na formação dos futuros intérpretes e da valorização de componentes de formação e enriquecimento dos

conhecimentos dos estudantes através da sua participação e intervenção junto da Comunidade Surda. Por isso, é também observável nas tabelas anteriores o esforço do plano de 2010 em relação ao de 2007 ao incrementar as horas de contacto e manter a qualidade do curso. Vários têm sido também os encontros e as dinâmicas criadas para responder às necessidades dos estudantes. Além disso, quando se fez a adaptação dos cursos de licenciatura ao modelo de Bolonha, foi introduzida uma unidade curricular, que decorre durante os três anos do curso e é transversal a todas as licenciaturas na ESE-IPS, designada como Carteira de Competências. O curso de TILGP tem, desde sempre, promovido a participação dos estudantes em eventos da Comunidade Surda, valorizando a imersão linguística e cultural. A Carteira de Competências permitiu integrar essas actividades de enriquecimento pessoal, sociocultural e profissional no percurso académico dos estudantes, conferindo-lhes assim um reconhecimento no âmbito da educação formal ou não formal, conforme os casos, e permitindo assim a sua avaliação desde a perspectiva do desenvolvimento de competências.

Em 2010 foi homologado o curso de Professores de LGP em regime pós-laboral. E a 29 Fevereiro 2012 foi publicado o Despacho n.º

3035/2012 – Diário da República n.º 43/2012, Série II com a caracterização e plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Língua Gestual Portuguesa, a funcionar na ESE-IPS até 2017/2018, data em que foi extinto. Durante a abertura do “curso nocturno” de Professores de LGP, houve interrupção de constituição de turma do curso de Tradução e Interpretação de LGP por limitação do corpo docente que dava resposta a unidades curriculares das áreas científicas afectas a ambos os cursos. Ou seja, no ano em que abria o curso de professores interrompia-se a abertura do curso de intérpretes, mas no ano seguinte abria, por isso, quando abriu a primeira e a segunda turma de LGP nocturno, não houve abertura de TILGP. Assim, TILGP não abriu em 2010/2011 e 2013/2014 e depois destas duas turmas o curso de Professores de LGP foi extinto.

De acordo com os dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional do Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, sobre a Licenciatura de TILGP, em 2019, a taxa de desemprego era de 1,5%. Em 2022, subiu para 6,7%, tendo voltado a baixar em 2023 para 5,4% onde estabilizou em 2024 (Direcção-Geral

de Estatísticas da Educação e Ciência, 2024).

Em termos demográficos, a título ilustrativo na tabela abaixo, verifica-se nos candidatos e nos colocados uma manifesta predominância do sexo feminino, com 91% face à média nacional de 54%. O que se relaciona com a predominância observável do sexo feminino no exercício da profissão de ILGP. É ainda possível observar que as (20) vagas são ocupadas na totalidade na 1ª fase:

	2022		2023		2024	
	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase
Vagas	20	5	20	4	20	3
Candidatos						
Candidatos	61	25	67	34	54	25
do Sexo Feminino	48	21	51	27	46	19
do Sexo Masculino	13	4	16	7	8	6
em 1ª Opção	13	6	13	9	12	7
Colocados						
Colocados	20	5	21	6	21	4
do Sexo Feminino	16	5	17	4	20	4
do Sexo Masculino	4	0	4	2	1	0
em 1ª Opção	9	2	8	2	10	2
Médias dos Colocados						
Nota de Candidatura	138,4	142,2	143,9	144,8	137,4	143,4
Provas de Ingresso	143,4	159,6	149,4	149,2	136,1	117,3
Média do Secundário	135,1	130,6	140,1	141,8	138,2	160,8
Nota de Candidatura do Último Colocado pelo Contingente Geral	135,6	135,2	136,8	138,0	127,6	140,0

Figura 2: Dados da Direcção-Geral do Ensino Superior.

De acordo com os dados de 2024, também se pode concluir que as médias de candidatura dos colocados superam em mais de 3 a 4 valores a média mínima da prova de ingresso que é de 9,5. Também

de acordo com os últimos dados, de 2024, 44,4% dos estudantes inscritos indicaram que esta foi a sua 1.ª opção do concurso nacional de acesso e a média final de curso predominante deste ano foi de 15 valores.

3. Outras Trajetórias no Ensino Superior a oferta em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa no Porto e em Coimbra

No rescaldo da abertura do curso de TILGP da ESE de Setúbal (1997/98), no ano 2000 é publicada a Portaria n.º 994/2000, de 17 de Outubro que aprovou o curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, conferindo o grau de bacharel, com a duração de três anos, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Ministério da Educação, 2000b). O plano de estudos sofreu alterações posteriores, nomeadamente com o Despacho n.º 14262/2004 (2.ª série), de 19 de Julho e mais tarde, com o Despacho n.º 19041/2008, de 16 de Julho, quando o curso passou a atribuir o grau de licenciado, em conformidade com o Processo de Bolonha (Instituto Politécnico do Porto 2004; 2008).

Em 2005, é publicada a Portaria n.º 1212/2005, de 25 de Novembro que aprovou o plano de estudos de licenciatura bietápica de Língua

Gestual Portuguesa, com um 1º ciclo de três anos e um 2º ciclo de um ano, na Escola Superior de Educação de Coimbra. Ainda no curso da primeira turma, em 2007, ao adaptar-se à Declaração de Bolonha, passou a oferecer um ramo de interpretação e um ramo de leccionação, como pode ler-se no Despacho n.º 20823-P/2007 (Instituto Politécnico de Coimbra, 2007). Estas diferentes trajetórias refletem a diversidade e evolução da oferta formativa em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa no ensino superior português, evidenciando adaptações progressivas em conformidade com o Processo de Bolonha e respondendo às necessidades específicas de cada instituição.

4. A Licenciatura de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa - uma licenciatura multiplicada em tantos contributos

De acordo com os dados de Arquivo da ESE-IPS e da Divisão Académica do IPS, o curso de TILGP tem 34 diplomados pré-Bolonha do curso de Licenciatura bietápica em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (3+2 anos) até 2007, e 173 diplomados pós-Bolonha do curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa até 2023/2024. Tendo em conta a turma de 15 finalistas de 2024/2025, TILGP apresenta um total de 222

diplomados.

Estes profissionais intervêm nos contextos mais diversos, tanto no sector público como no sector privado, na área académica e da produção científica, contribuindo com a sua experiência para o avanço das áreas dos Estudos Surdos e dos Estudos de Tradução e Interpretação. Os ILGP actuam no contexto jurídico, na televisão pública e privada, em programas de informação, entretenimento e publicidade. São intérpretes de LGP (técnicos especializados e técnicos superiores) nas Escolas de Referência de Ensino Bilingue e na Casa Pia de Lisboa no ensino para alunos Surdos. São docentes no Ensino Superior e formadores de futuros intérpretes — intérpretes surdos e ouvintes —, assim como de professores de LGP. São intérpretes no Instituto Nacional para a Reabilitação e, ainda, no contexto da saúde, actuando tanto no Serviço Nacional de Saúde como no privado, e são também intérpretes de LGP no contexto religioso. Os ILGP actuam ainda em diversos eventos culturais, como em concertos e festivais, no teatro, em visitas-guiadas, museus, feiras medievais, entre outros. E claro, são intérpretes no seio da Comunidade Surda em situações do quotidiano e comunitário, nas associações de Surdos, na Federação Portuguesa das Associações de

Surdos e nos vários eventos da comunidade, a nível nacional e internacional. Os *alumni* de TILGP são ainda também docentes, psicólogos, bombeiros, e enfermeiros, por exemplo, com a valência de terem duas formações e assim usando o seu conhecimento e a sua formação em tradução e interpretação como uma mais-valia no exercício de outras profissões, tornando a nossa sociedade mais acessível.

Desde a 1ª turma formaram-se muitos intérpretes de LGP que permanecem em actividade e sedimentaram a área da profissão, tendo algumas destas pessoas colaborado com a ESE-IPS posteriormente, tanto enquanto intérpretes de LGP, como docentes da área da Tradução e Interpretação da ESE-IPS, assim como intérpretes-colaborantes nas suas respectivas instituições, realizando o precioso acompanhamento de estudantes estagiários desta licenciatura até aos dias de hoje. Esta relação estreita, de compromisso com a ESE-IPS, com a classe profissional e com a Comunidade Surda Portuguesa, é uma ligação essencial para o sucesso e até parte da razão para a conclusão do plano de estudos com sucesso, de cada um dos estudantes de TILGP. É também relevante destacar o envolvimento com a formação e dignificação da profissão, que se assegura através

do movimento associativo promovido pela Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual. É de assinalar que mais de metade dos seus fundadores fizeram a sua formação em TILGP na ESE-IPS e muitos permanecem enquanto sócios e outros nos seus órgãos sociais, desde a sua fundação a 5 de Julho de 2011 à actualidade (ANAPI-LG, 2025).

Em 2010, foi publicada a Declaração de Bruxelas, assinada por Ádám Kósa, à época deputado ao Parlamento Europeu, pelo Presidente da União Europeia de Surdos (EUD), por representantes das Associações Nacionais de Surdos dos estados-membros da União Europeia e dos membros afiliados: Islândia, Noruega e Suíça, pelo Presidente do Fórum Europeu de Intérpretes de Língua Gestual (EFSLI), pelo Presidente da Federação Mundial de Surdos (WFD) e pelo Presidente da Associação Mundial de Intérpretes de Língua Gestual (WASLI). A Declaração de Bruxelas afirma o direito das pessoas Surdas ao acesso à língua gestual, à igualdade, não discriminação e plena participação na sociedade. Reconhece as línguas gestuais como línguas naturais, com uma estrutura gramatical própria, dos estados-membros da União Europeia. Reconhece também as línguas gestuais como línguas fundamentais para o desenvolvimento infantil, reconhece a

importância da preservação da Cultura Surda e da comunicação plena entre todos. Esta declaração exorta os estados-membros da União Europeia a adotar várias medidas legais, desde o reconhecimento das línguas gestuais, o acesso à educação bilingue e aos serviços públicos, ao mercado de trabalho e à formação de intérpretes. (European Union of the Deaf, 2010).

A 23 de Novembro de 2016, foi publicada mais uma resolução do Parlamento Europeu, também recuperando o que referiam as recomendações anteriores já supracitadas e incluindo também a Declaração de Bruxelas, tendo agora um enfoque sobre as línguas gestuais e os intérpretes profissionais de língua gestual (European Parliament, 2016). Nesta resolução, também baseada em dados recolhidos pelo Fórum Europeu dos Intérpretes de Línguas Gestuais (European Forum of Sign Language Interpreters, 2013) reforçam a importância da formação destes profissionais, considerando que estas devem ter um mínimo de três anos, mas colocando ênfase na formação contínua. Esta resolução refere que faltam intérpretes de língua gestual qualificados em todos os estados-membros “e que a relação entre utilizadores de língua gestual e intérpretes de língua gestual varia entre 8:1 e 2500:1, sendo a média de 160:1.” (European

Parliament, 2016, p. 70) e refere também a importância do envolvimento de pessoas Surdas para garantir a qualidade. Nesse sentido, a licenciatura de TILGP na ESE-IPS continua o seu caminho de formação de intérpretes e tem privilegiado continuamente a contratação de Professores Surdos nativos da LGP encarregues das unidades curriculares no ensino da LGP, tendo sido pioneiro, o Professor que esteve na génese do curso e na formação de intérpretes em Portugal, nas Associações de Surdos e posteriormente, no Ensino Superior, o Professor José Bettencourt. Também no epicentro da criação do curso esteve o Professor José Catarino Soares, cujo papel foi extremamente importante, não só na luta por esta área de formação, mas como impulsionador de formação de profissionais para a Comunidade Surda. O Professor Catarino Soares foi assim co-coordenador do Certificate in Deaf Studies da ESE-IPS, da School of Education da Universidade de Bristol e da APS, de 1992 a 1994. Na ESE-IPS, foi coordenador do curso de bacharelato em Tradução-Interpretação de Língua Gestual Portuguesa de 1997 a 2000 e coordenador da licenciatura em Tradução-Interpretação de Língua Gestual Portuguesa de 2000 a 2010. Foi também co-coordenador do curso de licenciatura em Educação de Infância para a Educação

Bilingue da Criança Surda de 2004 a 2010 e coordenador do curso de licenciatura em LGP de 2010 a 2011.

Falta referir o contributo da Professora Maria José Freire. CODA e intérprete de LGP desde 1980, foi formadora nos cursos profissionais de intérpretes em Lisboa e no Porto e membro activo na Comissão para o Reconhecimento e Proteção da LGP referidos no início do artigo. A Professora Maria José Freire dedicou os últimos 27 anos ao ensino da profissão de intérprete de LGP na ESE-IPS. Foi fundadora da primeira Associação de Intérpretes em Portugal (já extinta) em 1991, e da ANAPI-LG em 2011, tendo sido Presidente da Mesa da Assembleia desde a sua fundação até Novembro de 2024. Desde 2011 que coordena a Licenciatura de TILGP e é co-autora deste artigo.

As parcerias com entidades exteriores foram essenciais na génese de TILGP, mas são imprescindíveis para garantir a formação dos seus estudantes. Desde o primeiro protocolo assinado com a APS, ao posteriormente assinado com a Universidade de Bristol e o seu Centro de Estudos Surdos e a APS novamente, outros inúmeros protocolos têm sido assinados ao longo dos anos para garantir a realização dos estágios para os estudantes. Desde logo protocolos com as mais diversas Escolas de Referência para a Educação Bilingue, mas

também com a Casa Pia de Lisboa, com o Instituto Nacional para a Reabilitação, com diversas empresas de interpretação de LGP, entre outros. Mais recentemente, destaca-se a colaboração dos docentes afectos ao curso com outras entidades do Ensino Superior, como o Deaf Studies Lab (FCH-UCP) e a Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra, com a qual se co-organiza a iniciativa Liga Extraordinária dos Futuros Intérpretes, evento que conta com três edições e que reúne os estudantes de interpretação de ambas as instituições. Destaca-se também a recente articulação com o Festival Política onde os estudantes de TILGP, desde 2022 têm vindo a realizar atividades de voluntariado de acolhimento e recepção aos participantes. Este voluntariado complementa, mas não substitui, a contratação de intérpretes de LGP profissionais, permitindo aos estudantes também observar o trabalho dos intérpretes e a sua articulação com a organização e com os palestrantes, como experiência formativa. Em 2025, foi assinado um protocolo com a Associação Nacional e Profissional de Interpretação - Língua Gestual, na medida em que a ANAPI-LG é uma entidade que promove iniciativas de formação profissional e tem como objetivos a defesa da classe profissional.

Foi a ESE-IPS que agarrou o testemunho no percurso começado pelas Associações de Surdos em Portugal, levando a formação dos ILGP para o Ensino Superior, colocando-se assim na vanguarda em termos europeus e até mundiais. De acordo com Maya de Wit (2020) vários são os países no espaço europeu que ainda desejam alcançar a formação académica para intérpretes de língua gestual. Nos restantes países da Europa, o tempo de formação dos intérpretes está a aumentar, mas como demonstrámos, em Portugal o tempo de formação diminuiu (Wit 2020). Ainda assim, Portugal tem três programas de formação no Ensino Superior de interpretação enquanto ainda existem países como Belarus, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Hungria, Kosovo, Latvia, Malta, Roménia, Eslovénia e Ucrânia que não têm formação formal de intérpretes. A maioria dos programas ao nível europeu começaram a adaptar-se para incluírem a possibilidade de formarem intérpretes Surdos, algo que em Portugal só a Escola Superior de Educação de Coimbra atingiu, com a contratação de intérpretes para as suas aulas, a adopção de metodologias de ensino a pessoas Surdas, e a adaptação dos planos curriculares para incluírem a co-interpretação. Até hoje, na ESE-IPS ainda não existe a capacidade de resposta para a formação de intérpretes Surdos. Mas

esta área encontra-se em franca expansão, em França, por exemplo, existem 5 formações ao nível de mestrado e na Finlândia e na Alemanha, dois mestrados, respectivamente. Na Alemanha existem 5 licenciaturas que formam intérpretes de Língua Gestual Alemã (Deutsche Gebärdensprache - DGS) (Wit 2020). Assim, é importante destacar o papel da ESE-IPS no panorama nacional, tanto em termos do impacto que teve na acessibilidade da Comunidade Surda e nas portas que abriu para a formação de diversos profissionais, o que impactou a área dos Estudos Surdos e dos Estudos de Tradução de Línguas Gestuais em Portugal, mas também do caminho que tem para trilhar no futuro.

Conclusões

A trajectória de TILGP na ESE-IPS constitui um marco incontornável na história da educação superior portuguesa e no desenvolvimento dos direitos linguísticos da Comunidade Surda nacional. Desde a sua criação em 1997, no mesmo ano do reconhecimento legal da LGP, esta formação pioneira, com um legado de 28 anos, tem

desempenhado um papel fundamental na profissionalização dos intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, contribuindo decisivamente para a acessibilidade das pessoas Surdas em Portugal. Este curso manteve-se único até ao ano 2000, e por isso é seguro afirmarmos que foi ele que alavancou a promulgação da Lei 89/99 que até à data regulamenta a profissão de intérprete de LGP.¹³ É evidente que um percurso de 28 anos também apresenta limitações, e nesta licenciatura, existem vários projectos e propostas de melhoria e de adaptação às novas exigências, mas encontram-se pendentes de mais recursos humanos e de contratação de intérpretes.

O impacto do Processo de Bolonha na estrutura curricular da licenciatura revela-se particularmente significativo, e levanta questões pertinentes sobre a adequação aos parâmetros europeus dos cursos no ensino superior.

A relevância da licenciatura manifesta-se através dos seus 222 diplomados que têm contribuído para a acessibilidade da Comunidade Surda em contextos tão variados como o jurídico, educativo, *media*,

¹³ Decorrem esforços da Associação Nacional e Profissional da Interpretação -

Língua Gestual para a actualização e regulamentação da Lei 89/99 desde 2016.

religioso, comunitário e cultural. O elevado grau de empregabilidade e a procura consistente do curso, tendo as suas vagas sempre ocupadas na primeira fase, atestam a pertinência social e a atractividade desta profissão.

Apesar das imensas histórias de vida que ficam por contar, de vários estudantes, professores, intérpretes, Surdos e ouvintes, e apesar dos muitos obstáculos que têm sido enfrentados, TILGP manteve sempre o interesse dos estudantes e da Comunidade Surda, em primeiro plano, *ex aequo*. A adaptação às exigências tanto em qualidade como em continuidade, irá garantir o papel da ESE-IPS no futuro da formação dos intérpretes de LGP. A estreita articulação mantida com os *alumni*, que assumem funções de orientadores de estágio e colaboradores na formação, exemplifica um modelo de continuidade pedagógica que fortalece simultaneamente a qualidade da formação e o desenvolvimento profissional contínuo. Esta rede de colaboração, é extensível ao movimento associativo e a várias instituições com as quais se mantêm estreitas relações. Não obstante os desafios impostos pelas sucessivas reformas curriculares e pelas exigências da avaliação externa, a licenciatura de TILGP mantém a sua posição de referência no panorama nacional e europeu. Contudo, identifica-se também a

necessidade de planear o futuro, pois TILGP representa um caso paradigmático de como uma formação superior pode simultaneamente responder a necessidades sociais prementes, contribuir para o avanço científico de uma área disciplinar e promover a inclusão social de uma comunidade linguística minoritária. O seu percurso de quase três décadas constitui um testemunho da importância do ensino superior politécnico na resposta às necessidades específicas da sociedade portuguesa e um exemplo de como as instituições académicas podem assumir um papel transformador na promoção dos direitos humanos e da justiça social.

Referências Bibliográficas

- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2025, 13 de Junho). *A3ES*. <https://a3es.pt/pt/>.
- Almeida, M. J. F. (2003, Janeiro/Abril). Para a História da Formação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. *Integrar*, n. 20, 55-60.
- Amaral, M. A., Coutinho, A., & Martins, M. R. D. (1994). *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Editorial Caminho.
- ANAPI-LG. (2025, 13 de Junho). Associação Nacional de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. ANAPI-LG. <https://www.anapilg.pt>.
- Assembleia da República. (1997). “Lei Constitucional” n.º 1/97, de 20 de Setembro. *Diário da República*, Série I-A, n.º 218, (Setembro): 5130–5196.

-
- Assembleia da República. (1999). “Lei n.º 89/99”. *Diário da República*, 1.ª série I-A, n.º 154, (Julho): 4186–4187.
- Comissão Eventual para a Revisão Constitucional. (1997). “IV Revisão Constitucional”. *Diário da República*, II série, número 68, (Janeiro): 2046-2051.
- Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior. (2003a). Deliberação n.º 538/2003. *Diário da República*, série II, n.º 91, (Abril): 5957–5970.
- Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior. (2003b). Deliberação n.º 1494/2003, *Diário da República* n.º 223/2003, Série II (Setembro): 14620 - 14637.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2024). *Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior*. Ministério da Educação, Ciência e Inovação. <https://infocursos.medu.pt/bds.asp>
- EFSLI. (2013). Learning outcomes for graduates of a three year sign language interpreting training programme (1st ed.). European Forum of Sign Language Interpreters.
- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. (2004). Relatório de auto-avaliação do curso de licenciatura bictápica e tradução e interpretação de língua gestual portuguesa - Vol. II (Relatório interno). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.
- European Parliament. (1988). “Resolution on sign languages for the deaf”. *Official Journal of the European Communities*, C 187, 1–3. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:C:1988:187:TOC>.
- European Parliament. (1998). “Resolution on sign languages”. *Official Journal of the European Communities*, C 379, 66. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:C:1998:379:TOC>
- European Parliament. (2016). “Resolution on Sign language and professional sign language interpreters”. *Official Journal of the European Communities*, C 224, 68-74. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016IP0442>.
- European Union of the Deaf. (2010, November 19). Brussels Declaration on Sign Languages in the European Union.
- Ferreira, A. V., & Fernandes, A. (Eds.). (1991). *Gestudário: Língua gestual portuguesa*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Geier, C. (2016). An evaluation of an American Sign Language interpreting internship program [Tese de Doutoramento, Universidade de Walden University].
- Gomes, Maria do Céu Ferreira (2012). A Reconfiguração Política da Surdez e da Educação de Surdos em Portugal: Entre os Discursos Identitários e os Discursos de Regulação [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto].
- Instituto Nacional para a Reabilitação (201?) Breve Historial do INR. <https://www.inr.pt/documents/11309/55791/Breve+Historial+do+INR/28882e72-8527-4031-85df-59f0b8453729>.
- Instituto Politécnico de Coimbra. (2007). Despacho n.º 20823-P/2007. *Diário da República* n.º 227/2005, Série I-B (Setembro): 6777 - 6779.
- Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação. (2004). Despacho n.º 14262/2004. *Diário da República* n.º 168/2004, Série II (Julho): 10837 - 10838.
- Instituto Politécnico do Porto. (2008). Despacho n.º 19041/2008. *Diário da*
-

-
- República* n.º 136/2008, 2.ª série II (Julho): 31507- 31508.
- Instituto Politécnico de Setúbal. (2007). Despacho n.º 9957-R/2007. *Diário da República* n.º 103/2007, 2º Suplemento, Série II (Maio): 14490-(88) -14490-(90).
- Ministério da Ciência e do Ensino Superior. (2002). Portaria n.º 1520/2002. *Diário da República*, série I -B, n.º 293, (Dezembro): 7931–7933.
- Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. (2005). Portaria n.º 11/2005. *Diário da República* n.º 4/2005, Série I-B (Junho): 134 – 136.
- Ministério da Educação. (1985). Despacho n. 130/ME/85. *Diário da República*, IIª Série, 156 (Julho): 6346.
- Ministério da Educação (1997). Portaria n.º 542/97. *Diário da República* n.º 168/1997, Série I-B (Julho): 3709 - 3710.
- Ministério da Educação. (2000a). Portaria n.º 466-G/2000. *Diário da República*, série I-B, n.º 167, (Julho): 3514-(16) - 3514-(20).
- Ministério da Educação. (2000b). Portaria n.º 994/2000. *Diário da República* n.º 240/2000, Série I-B (Outubro): 5807 - 5808.
- Ministério da Educação. (2001). Portaria n.º 19/2001. *Diário da República*, n.º 8/2001, Série I-B, (Janeiro): 150 - 151.
- Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.
<https://www.ohchr.org/pt/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>.
- Reis, A. C. C. dos. (2019). Em que medida a Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa contribuiu para a afirmação da cultura surda em Portugal [Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias].
- Soares, J. C. (2019). Recordações a respeito da criação da licenciatura em Tradução-Interpretação da LGP da Escola Superior de Educação de Setúbal. *Medi@ções*, 7(1), 121–128.
<https://doi.org/10.60546/mo.v7i1.220>
- UNESCO. (1990). Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia.
- UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394.locale=en>
- Vaz de Carvalho, Paulo. (2007). *Breve História dos Surdos no Mundo e em Portugal*. Surd'Universo.
- Wit, M. de (2020). A Comprehensive Guide to Sign Language Interpreting in Europe. Create Space, Baarn, M. de Wit.
- World Federation of the Deaf (13 de Maio de 2025). The Legal Recognition of National Sign Languages.
<https://wfdeaf.org/news/the-legal-recognition-of-national-sign-languages/>.
-

Nota curricular

Cristina Gil é Professora Adjunta na ESE-IPS, onde co-coordena a Licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa. É co-fundadora do *Deaf Studies Lab*, integrado no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC). Doutorada em Estudos de Cultura pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (FCH-UCP), desenvolveu uma investigação transdisciplinar que articula os Estudos de Cultura, os Estudos de Utopia e os Estudos Surdos em que cunhou o neologismo “Deaftopia”, conceito que remete para discursos e representações utópicas nos Povos de Línguas Gestuais. Possui também um Diploma de Estudos Avançados em Línguas, Literaturas e Culturas, com especialização em Estudos Culturais (FCSH-UNL), e um Mestrado em Comunidades Surdas, Educação e Línguas Gestuais pela Universidade de Barcelona. É licenciada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE-IPS. É sócia fundadora e atual Secretária da Assembleia Geral da ANAPI-LG. As suas principais áreas de investigação centram-se nos Estudos Surdos e nos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas Gestuais.

Maria José Duarte Freire nasceu em Sintra, em 1958. Filha de pais surdos, iniciou a sua atividade como intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP) em 1980, na Associação Portuguesa de Surdos. Desenvolveu um percurso nacional e internacional de grande relevância, tendo interpretado em vários Congressos Mundiais da Federação Mundial de Surdos e Surdolímpicos. Foi membro activo na Comissão para o Reconhecimento e Proteção da LGP desde a sua criação, em 1995. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Mestre em Didática de Línguas (PLNM), possui Título de Especialista em Língua e Literatura Materna – Língua Gestual e Diploma de Estudos Avançados em Linguística. Foi formadora em cursos profissionais de intérpretes em Lisboa e no Porto. Nos últimos 27 anos, tem-se dedicado ao ensino, no âmbito da docência e interpretação da Língua Gestual Portuguesa no âmbito académico, integrando a equipa de coordenação dos cursos de LGP, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal em 2011, sendo atualmente co-coordenadora da licenciatura em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa. É sócia fundadora da ANAPI-LG.